



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ata

Ata 28ª Reunião Extraordinária

Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais

28ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Política Cultural de Minas Gerais

Súmula – Síntese dos encaminhamentos

Aos 20 dias do mês de março de dois mil e vinte três, após verificação de quórum em primeira chamada, às 14h09, o conselheiro José Oliveira Júnior, abriu a 28ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Política Cultural de Minas Gerais, que ocorreu de forma virtual, com a presença verificada de 21 membros titulares e suplentes no exercício da titularidade, além de dois suplentes:

Andressa Gonçalves - titular

Antônio Diniz - titular

Aryanne Ribeiro - titular

Carola Castro - titular

Charles Lima - titular

Cintia Freire - titular

Daiany Sarmiento - titular

Danilo Silva Batista - titular

Darupü'üna Tikuna - titular

Emanno Garcia - titular

Giovanna Penido - titular

Josiany Vieira - titular

Marcela Bertelli - titular

Rita Trindade - titular

Thaynã Paes - titular

Wenderson Godoi – titular

Cristiane Tolentino – suplente no exercício da titularidade

Jose Junior – suplente no exercício da titularidade

Lais Vitral – suplente no exercício da titularidade

Moacyr Laterza – suplente no exercício da titularidade

Sula Mavrudis – suplente no exercício da titularidade

Jussara Bastos – suplente

Mariana Mol – suplente

Os pontos de pauta foram:

Finalização Pareceres de Prioridades Setoriais:

- Teatro
- Circo
- Audiovisual
- Moda
- Observação: Pedido de inserção de pauta pela conselheira (DD), de Gastronomia, para complementações do segmento: (Aprovado 01 abstenção TP e enviado para o final da pauta)

Em seguida demos início às discussões. Primeiro, a Secult explicitou o passo a passo após a aprovação em plenário:

PRIMEIRA ETAPA DE CONSOLIDAÇÃO: Plano de Desenvolvimento da Economia da Criatividade como uma das plataformas de Monitoramento da execução do Plano Estadual

Primeira etapa - Finalização com a Consolidação dos Segmentos profissionais;

Segunda etapa - Votação e Consolidação dos Segmentos de Promoção da Diversidade das Expressões Culturais;

Terceira etapa - Validação das consolidações junto ao trabalho da Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Estadual de Cultura – CAR-PEC;

Lançamento do documento preparatório em reunião pública e abertura para consulta;

SEGUNDA ETAPA DE CONSOLIDAÇÃO - Finalização dos trabalhos da CAR-PEC;

Entrega do Relatório Final da CAR-PEC para a Assembleia Legislativa

Maio - Extraordinária Semana do dia internacional da diversidade (24/05) [A]; 08

Junho – 05/06 para 07/06 (ALMG) em RO já marcada no calendário votado. [B]; 06

03 abstenções (LV, TA, AD)

SEGMENTOS DE PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE DE EXPRESSÕES:

Patrimônio Imaterial (já votado);

Critérios específicos para Patrimônio Imaterial na política de ICMS Patrimônio Cultural (já votado);

Culturas Populares e Tradicionais (a elaborar);

Culturas Afro brasileiras (a elaborar);

Culturas Indígenas (a elaborar);

Proposta ou votar na reunião de 03/04 ou uma Reunião Extraordinária em 17/04 (se for necessário mais tempo).

PRIORIDADES TEATRO, conselheiro (EG)

INFRAESTRUTURA E ARTICULAÇÃO

1. Realizar diagnóstico técnico-participativo, em parcerias com instituições representativas, associações e coletivos, para coleta, sistematização e disponibilização de modo georreferenciado e categorizado das informações sobre o segmento; (AU com as alterações da plenária)
2. Estruturar políticas públicas para cadeias produtivas do teatro que considerem as dinâmicas de cada setor interno: teatro de rua, teatro de câmara, teatro experimental, musicais, teatro amador; (AU)
3. Inserir no INSTRUMENTO de cooperação com a SEE ações para a difusão da produção teatral de Minas Gerais; (AU com as alterações da plenária).
4. Criar INSTRUMENTO de cooperação Secult e sistema SESCOOP para apoio técnico e financeiro para instituição e organização de cooperativas de Teatro em todo o estado; (A

COM 01 CONTRÁRIO CC)

5. Criar, por meio da EMC e ASCOM/SECULT, campanha de visibilidade da produção teatral e das demais linguagens artístico-culturais “regionais” em Minas Gerais; (AU com as alterações da plenária)
6. Criar cartilha orientativa para os municípios sobre as particularidades da produção de teatro e estabelecimento de políticas municipais de fomento ao Teatro, em especial as atividades itinerantes; (AU)

FORMAÇÃO

7. Implementar, via FCS/CEFART, unidades de formação técnica e artística e de produção teatral, em instituições culturais, públicas ou comunitárias, existentes em todo o estado; (A 01 abstenção CC)
8. Realizar Seminário estadual sobre os desafios para a produção teatral no interior; (AU)

FOMENTO E FINANCIAMENTO

9. Criar editais regulares para fomento a mostras e festivais em todo o estado, com exclusividade do segmento de Teatro; (A 02 abstenção JJ, CC)
10. Palco Cena Minas - Implementar editais para criação, intercâmbio e cessão regular de equipamentos do estado, voltados a associações, cooperativas, grupos e companhias teatrais do interior do estado, com a criação de agenda que abranja as diferentes dinâmicas de cada setor interno: rua, câmara, experimental, musicais, amador; (AU)
11. Criar um amplo Programa de Regionalização das Políticas Públicas para o segmento teatral; (AU)

RECOMENDAÇÕES GERAIS PARA A REVISÃO DO PLANO ESTADUAL DE CULTURA

Promover a articulação entre as políticas culturais e as demais políticas sociais, de modo a garantir os direitos sociais dos artistas, técnicos e grupos itinerantes;

Que a Secult estruture, em conjunto com o SATED, uma articulação institucional, operacional e financeira para viabilizar uma Rede Estadual de Espaços de uso cultural, em particular teatros independentes, sedes de grupos e companhias, escolas e outros equipamentos; (AU com alterações da plenária)

PRIORIDADES CIRCO, conselheira (SM)

ESTRUTURAÇÃO

1. Realizar Diagnóstico técnico-participativo e amplo mapeamento do segmento circense, considerando instituições, artistas e técnicos que atuam em Circos Itinerantes, Grupos e Trupes, Escolas de Circo e Projetos Sociais de Circo; (AU)
2. Reconhecer o Circo e o Circense como Patrimônio Imaterial do estado; (AU)
3. Implementar o Centro de Referência do Circo, prioritariamente em BH; (AU com alterações da plenária)
4. Criar instrumentos visando orientação para destinação de terrenos adequados para receber temporadas dos circos itinerantes em todas os municípios mineiros, com pontos de água e luz e rede hidráulica; (AU com alterações da plenária)
5. Criar campanha de visibilidade da lei municipal de apoio ao circo e apoio para as regulamentações municipais de instalação e permanência dos circos itinerantes nas localidades; (AU com alterações da plenária)
6. Implementar rede institucional de garantias dos direitos fundamentais dos povos e comunidades tradicionais dos circos itinerantes; (AU com alterações da plenária)

FOMENTO E FINANCIAMENTO

7. Implementar políticas públicas e de fomento adequadas para cada um dos segmentos do circo: grupos, trupes, cia de palhaços, circos tradicionais itinerantes, escolas de circo, projetos sociais de circo; (AU)
8. Criar políticas de suporte financeiro para mobilidade de espetáculos circenses, levando em consideração a diversidade do segmento: grupos, trupes, cia de palhaços, circos tradicionais itinerantes, escolas de circo, projetos sociais de circo; (AU)
9. Criar editais simplificados e adequados aos circenses tradicionais; (AU com alterações da plenária);
10. Criar editais simplificados e adequados para aquisição de equipamentos circenses, com referência no modelo da Funarte (lonas, aparelhos e equipamentos técnicos, meios de transporte, trailers / moradias); (AU com alterações da plenária)
11. Criar, em conjunto com a SEE, programas de aquisição de ingressos de espetáculos circenses para distribuição na rede estadual de ensino à exemplo da política estadual do vale livro; (AU com alterações da plenária)

ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

12. Criar, em conjunto Secult, AMM e Rede de gestores municipais programa de apoio à destinação de imóveis ociosos para escolas e projetos sociais de circo, grupos e trupes; (AU)
13. GEORREFERENCIAR e disponibilizar terrenos públicos do estado para receber os circos por ocasião da realização de suas temporadas de espetáculos; (AU com alterações da plenária)
14. Recomendar aos municípios a inclusão DE REPRESENTANTES de artistas e técnicos circenses ou de suas entidades representativas nos conselhos de cultura e comissões de análise de projetos de editais públicos. (AU com alterações da plenária)
15. Elaborar documento de orientação aos municípios sobre políticas para todos os segmentos circenses; (AU)

RECOMENDAÇÕES GERAIS

Inserir no termo de cooperação com a SEE políticas de incentivo a frequência a espetáculos de circos itinerantes e trupes de circo;

Reunião técnica entre a Secult, Bombeiros, CEMIG, SEDESE e COPASA visando construir política governamental integrada que facilite a presença e a atuação dos circenses em todo estado;

Realizar de modo intersetorial no governo do estado estudo de impacto financeiro para viabilizar legislações e regulamentações que possibilitem: isenção de IPVA e de Pedágio para os veículos de Circos, grupos e trupes, isenção de Taxas para instalação e isenção de impostos para aquisição de veículos, trailers, lonas e materiais da infraestrutura de lonas circenses;

Implantar em conjunto com as SES, SEE e SEDESE ações de suporte ao circense e que dependem de interface com essas áreas, como o acesso à escola para filhos de circenses, atendimento pelo SUS por onde passem;

(AU com alterações da plenária)

PRIORIDADES AUDIOVISUAL, conselheira (AR)

INFRAESTRUTURA E FORMAÇÃO

1. Realizar diagnóstico sobre as cadeias produtivas do audiovisual e suas diversas áreas, identificando e reduzindo as fragilidades regionais para a produção, difusão e exibição

audiovisual; (AU)

2. Implantar o Observatório do Audiovisual em Minas Gerais e amplo diagnóstico socioeconômico do segmento; (AU)
3. Implantar e manter um programa continuado de preservação do audiovisual no estado; (AU)
4. Realizar formação e capacitação, prioritariamente para o interior do estado; (AU)
5. Promover capacitação regionalizada para a comunicação comunitária, prioritariamente nas comunidades escolares da rede pública estadual e dos cineclubes; (AU)
6. Realizar, sob a coordenação da Secult e parceria do FORCULT, um amplo seminário regional sobre a linguagem Audiovisual em Minas Gerais; (AU)

FINANCIAMENTO

7. Realizar estudo de impacto financeiro para viabilizar a execução do PRODAM; (AU)
8. Priorizar editais para as etapas da cadeia produtiva do audiovisual: Desenvolvimento de roteiro; Pesquisas sobre o audiovisual em Minas Gerais; Produção de obras de curtas-metragens até 30 min; Mostras e Festivais no/do interior; Distribuição e difusão; (AU)
9. Criar editais afirmativos e regionalizados: Novos realizadores; Produção audiovisual de Grupos de diversidade identitária (gênero, etnia, faixa etária, regiões Intermediárias); (AU)
10. Implantar programa de suporte financeiro para mobilidade, circulação e intercâmbio regional, estadual, nacional e internacional de artistas e técnicos mineiros PROFISSIONAIS DA CADEIA PRODUTIVA do audiovisual; (A com alterações da plenária)

ARTICULAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

11. Consolidação da *Minas Film Commission*, com o suporte para a criação de instâncias municipais semelhantes e institucionalização do Programa Cidade Amiga do Audiovisual; (AU)
12. Criar a Semana de promoção do audiovisual mineiro, integrando-se a grandes eventos do setor audiovisual; (AU com alterações da plenária)
13. Promover estudo técnico para qualificar a Rede Minas de Televisão como instância de promoção do audiovisual de Minas Gerais, levando em consideração seu corpo técnico, infraestrutura e financiamento das atividades; (AU)
14. Ampliar gradativamente a ocupação da grade dos canais da EMC remunerando produções independentes de realizadores mineiros, chegando a pelo menos 30% em até dois anos; (AU com alterações da plenária)
15. Incluir no termo de cooperação com SEE a valorização de produção audiovisual local nas comunidades escolares da rede pública estadual, visando promover formação de novos públicos; (AU)

RECOMENDAÇÕES GERAIS À SECULT

Definir claramente qual setor é responsável pelas políticas do audiovisual;

Priorizar a participação do fórum do audiovisual na formulação e avaliação das políticas para a Comunicação Audiovisual em Minas Gerais;

Melhorar a interlocução dos vários agentes do setor com a Secult e o Governo do Estado de Minas Gerais;

Encaminhar moção para que a ALMG promova discussão com suas comissões sobre destinação de recursos de emendas parlamentares para espaços independentes de exibição audiovisual;

Urgência na obtenção e tratamento de dados do audiovisual para a LPG

(AU com alterações da plenária)

PRIORIDADES MODA, conselheira (GP)

INFRAESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO SEGMENTO

1. Criar o Dia da Moda Mineira (AU com alterações da plenária)
2. Criar e implementar o Selo de Origem: Feito em Minas, Feito por Minas, Feito de Minas; (AU)
3. Realizar e consolidar, via IEPHA, Inventário e mapeamento georreferenciado dos ofícios tradicionais da moda em Minas Gerais, suas especificidades e territórios, diferenciá-los do artesanato; (AU com alterações da plenária)
4. Reconhecer como Patrimônio Imaterial do Estado, via IEPHA: a) o Pano de Minas, b) o Método do Corte Centesimal e c) o Sistema Moldecópia; (AU)
5. Campanha de promoção para gerar visibilidade sobre a importância do segmento da moda para o estado de Minas Gerais; (AU)

FINANCIAMENTO

6. Criar Editais Setoriais simplificados para a Moda. (AU com alterações da plenária)
7. Criar Edital de Apoio a Feiras de Moda Mineira; (AU)
8. Criar Programa Estadual de Moda Autoral e Sustentável, voltado a novos criadores de moda (AU com alterações da plenária)
9. Programa Estadual de Apoio aos Ofícios da Moda e Seus Mestres, tais como: lapidadores, joalheiros, alfaiates, sapateiros, costureiras, tecelãs, bordadeiras, rendeiras, crocheteira, cerzideira, modelistas, chapeleiro, tricô, fiandeiras e criadores de Moda de Minas Gerais. Premiação, com transmissão de saberes, oficinas periódicas. (AU)
10. Mapeamento dos acervos de moda no estado e posterior apoio técnico, operacional e financeiro para elaboração e implantação de Plano museológico desses acervos. (AU)

Além disso, o GT faz as seguintes recomendações à Secult para articulação com outros órgãos do estado nos seguintes pontos:

Contemplar a moda mineira em todas as instâncias do governo. A moda veste todos. Promoção, Articulação e conscientização para consumo consciente e responsável: Quem é de Minas, Veste Minas!; (AU com alterações da plenária)

Criar um setor específico na estrutura do estado para a moda produzida em Minas Gerais; (AU com alterações da plenária)

Recomendar à SEDE mudanças no tratamento tributário ao setor da moda: redução da alíquota ICMS e difal e estudo para taxação de produtos da moda de origem internacional. E incentivo fiscal e financeiro às micro e pequenas empresas do segmento com sede em Minas Gerais; (AU com alterações da plenária)

Criar um Programa para Gestão dos Resíduos da Moda para o Centro Mineiro de Referência em Resíduos (CMRR) que é coordenado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad); (AU com alterações da plenária)

Inserir a moda nos editais da LPG; (AU com alterações da plenária)

GASTRONOMIA, conselheira (DD)

1. Não apresentar vedações ao segmento da gastronomia (audiovisual, feiras e festivais) em editais. (AU com alterações da plenária)
2. Pautar junto à rede estadual de gestores municipais de cultura e turismo orientações específicas para priorizar a remuneração de artistas de estilos tradicionais em festejos típicos, feiras e festivais gastronômicos e da cozinha mineira com o intuito de evitar e vedar

o uso de verbas públicas em eventos que não atendam a esta especificação. (AU com alterações da plenária)

3. Fomentar através de editais do FEC a realização de expedições de mapeamento da Cozinha Mineira. (AU)
4. Criar editais para custeio de intercâmbios de cozinheiros em feiras e festivais estaduais, regionais, nacionais e internacionais. (A com um voto contrário JJ)

Nada mais havendo a ser tratado, a 28^a Reunião Extraordinária do Consec foi encerrada às 18h30 e está fielmente descrita nesta ata lavrada por mim, Aryanne Ribeiro, e pelo suplente no exercício da titularidade, José Oliveira Junior, assinada digitalmente e validada por todos os conselheiros presentes à ocasião.

Em tempo: informamos que os comentários não transcritos nesta Súmula se encontram registrados em gravação integral disponibilizada no site da Secult.

- (TP) Thaynã Paes
- (JR) José Ricardo
- (LV) Laís Vitral
- (DD) Daiany
- (JM) João Michel
- (AI) Andressa
- (JeR) Jefferson Rios
- (XS) Xisto Siman
- (SM) Sula Mavrudis
- (Jos) Josiany vieira
- (DB) Danilo Batista
- (WA) Wallace Armani
- (RL) Rita Loureiro
- (EG) Emmano Garcia
- (MA) Maria Agripina
- (DT) Darupü'üna tikuna
- (HC) Hilário Corrêa
- (CC) Carola Castro
- (WG) Wenderson Godoy
- (JB) Jussara Braga
- (GP) Giovanna Penido
- (AR) Aryanne Ribeiro
- (MM) Mariana Mol
- (MB) Marcela Bertelli
- (LM) Lucas Mortimer
- (AD) Antonio Diniz
- (AF) Andreia Freitas
- (GPa) Giovani de Paula
- (CA) Tcharles Avner
- (AC) Ana Cristina Pontes
- (JJ) José Junior
- (ES) Eduardo Silveira
- (FM) Fernando Mencarelli

- (ML) Moacyr Laterza
- (AD) Arthur Duarte
- (CM) Clever Machado
- (TT) Thiago Tomaz
- (ED) Euzelina Dóris
- (JS) Janaína Silva
- (IA) Igor Arci
- (LO) Leônidas Oliveira
- (JoS) Josiane Souza
- (AL) André Luiz

Final da reunião: 18h30



Documento assinado eletronicamente por **Aryanne Ribeiro, Cidadão**, em 17/04/2024, às 19:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Emanoel Geraldo da Silva, Usuário Externo**, em 17/04/2024, às 22:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO CARLOS PIMENTA DINIZ, Cidadão**, em 18/04/2024, às 09:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSIANY VIEIRA DE SOUZA, Usuário Externo**, em 18/04/2024, às 10:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **CAROLA MARIA MARQUES DE CASTRO, Cidadão**, em 18/04/2024, às 11:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcela de Queiroz Bertelli, Usuário Externo**, em 18/04/2024, às 11:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Tolentino Machado, Usuário Externo**, em 18/04/2024, às 12:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lais Terçariol Vitral, Usuário Externo**, em 18/04/2024, às 13:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Mól Gonçalves, Usuário Externo**, em 18/04/2024, às 15:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andressa Iza Gonçalves, Usuário Externo**, em 18/04/2024, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **DAIANY SOARES SARMENTO, Usuário Externo**, em 18/04/2024, às 20:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **José de Oliveira Junior, Servidor Público**, em 18/04/2024, às 23:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **CHARLES MORAES DE LIMA, Usuário Externo**, em 19/04/2024, às 12:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sula Kyriacos Mavrudis, Cidadão**, em 22/04/2024, às 11:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wenderson Godoi dos Santos, Usuário Externo**, em 22/04/2024, às 13:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jussara Braga Bastos, Usuário Externo**, em 30/04/2024, às 11:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Moacyr Laterza Filho, Pró-Reitor(a)**, em 03/05/2024, às 12:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Giovanna Penido Pinto Marques Paiva, Usuário Externo**, em 06/05/2024, às 13:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cintia Mirlene Pela Freire, Servidora Pública**, em 05/09/2024, às 17:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **81139685** e o código CRC **F5FE3B58**.